



Doas horas à volta do tema «A Justiça no feminino» recolheram consensos

A JUSTIÇA CONTINUA A TER AUSÊNCIA DE MULHERES EM LUGARES DE DECISÃO

As estruturas devem adaptar-se

A Justiça ainda é muito masculina. A constatação é fácil pela ausência de mulheres em lugares de decisão. Mas é uma questão de tempo até que os que hoje mandam morram... e então as mulheres mandarão mesmo. Polémica, a afirmação pode encerrar em si uma realidade velada.

ISABEL FERNANDES

Quando se juntam sete pessoas a uma mesa para conversar, normalmente espera-se que por ali permaneçam pelo menos uma hora. Quando a maioria dos intervenientes — cinco dos sete — são mulheres, fica-se logo com a clara sensação de que a conversa se prolongará para lá da hora. E nem sequer é uma questão de género e de sensibilidade feminina, tem mesmo a ver com o que definiram como “experiências distintas”. E se a estas premissas juntarmos o tema da tertúlia, «A Justiça no feminino», não se estranha a quase expulsão por parte dos anfitriões, a Associação Jurídica do Porto, das responsáveis por incendiarem o fim da noite de quinta-feira, no café Majestic, no Porto.

Entre os estudos que apontam para um claro défice, ou a total ausência, de mulheres em lugares de decisão na Justi-

ça há a realidade vivida por homens e mulheres que dedicam a sua vida profissional à área e que pedem que se adaptem “as estruturas à realidade”, fazendo valer o direito à igualdade de oportunidades de géneros. “Tarda uma maior representação feminina em lugares de decisão”, lamentou o sociólogo e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra João Paulo Dias. Este «intruso» ousou ainda apelar ao fim “da resistência corporativa masculina” no seio da Justiça. O convidado, que estava ali para dar uma visão sociológica da realidade, acabaria por ser «atacado» sem piedade, cujos golpes vieram de mulheres e de homens da assistência contra este facto. Desculpando o seu “desconhecimento” pelo facto de “não estar directamente ligado à estrutura”, o antigo bastonário da Ordem dos Advogados Augusto Lopes

Cardoso, na plateia, defendeu ser “no mérito” que está o trampolim para a ascensão das mulheres aos tais lugares que ainda parecem reservados aos homens. Ao mesmo tempo que defendeu que as diferenças entre géneros situam-se ao nível “psicológico”, Lopes Cardoso comentou “a entrega total” que as profissões ligadas à Justiça exigem, dizendo que “pesa muito mais nas mulheres”, sem que se debruçasse nas razões para que tal aconteça. O ex-bastonário ainda aproveitou o tempo para pedir [às mulheres] que “não peçam quotas, por ser desprestigiante”.

A defesa

Em resumo quase se poderia dizer

“É preciso reafirmar as emoções” no desempenho das funções

que os homens foram àquela mesa só para se defenderem do que acabavam por dizer nas suas intervenções. O advogado Magalhães e Silva lá teve que ir ao ringue defender-se como pôde, depois de

ter defendido que “as mulheres acabaram por aceder à Justiça”, nem que tenham que esperar que as gerações actuais morram. Perspectiva que causou grande descontentamento nas mulheres presentes, quando o advogado só queria dizer — remediou então — que no acesso à Justiça pelas mulheres é essencial que se faça “admitindo a heterogeneidade”. Mas as mulheres não guardaram rancor do advogado e as pistas, comentários e provocações continuaram, alongando-se por quase três horas. Entre as experiências que ali se expuseram, houve espaço para a emoção, aliada à revolta de um sistema claramente masculino. A professora Maria Clara Sottomayor foi clara: “Nenhuma mulher teria dado um acórdão” como o que usou de exemplo. Para esta docente há 17 anos “há um lado feminino de exercer as profissões” e sem hesitação “é preciso reafirmar essas emoções” no desempenho das funções. Não se pretendia naquela tertúlia encontrar soluções, nem fazer prevalecer pontos de vista. Mas foi claro o consenso quanto ao momento de viragem que se vive. Ficou, porém, a ideia que está a demorar de mais.